

Na quarta-feira da semana passada, estudantes de comunicação, professores e jornalistas de Maceió, Alagoas, reuniram-se para debater a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. A convite da Universidade Federal de Alagoas lá estavam o chefe do Departamento de Jornalismo da USP, professor José Marques de Melo, "a favor do diploma", e eu, "contra o diploma", conforme foi dito pelo coordenador do encontro. O primeiro debate foi na Universidade, à tarde, e o segundo na Casa da Comunicação, à noite.

A proposta de acabar com a necessidade do diploma, surgida dentro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, varou as fronteiras do "Sul" e desembarcou num Nordeste recheado de estudantes e jornalistas dispostos a tirar a pele de quem ousar bulir na atual lei que regulamenta a profissão. Na Universidade em Maceió os estudantes lotaram as 120 cadeiras da maltratada sala de aulas. Um público bem menor (cerca de trinta pessoas), mas não menos combativo, foi depois à pequena sala de uma casa doada pelo governo municipal aos sindicatos de jornalistas e radialistas de Maceió. Nos dois encontros o professor Marques de Melo, alagoano de Palmeira dos Índios, alinhou suas razões a favor do diploma. Sem o canudo, a categoria iria perder força; foi uma conquista histórica; não pode haver discriminação contra diploma para jornalista enquanto outras categorias só podem atuar com ele; a reserva de mercado é um dado que marca a sociedade brasileira; transpor para todo o país modelos que eventualmente se adequam ao Rio e São Paulo é um erro...

Apresentei os argumentos que a maioria dos profissionais que exercem ou exerceram cargos de chefia na imprensa têm usado para explicar que a obrigatoriedade do diploma submete as redações a uma injusta camisa-de-força. Exatamente nesta época de especializa-

ções e empenho quase neurótico por um jornalismo mais preciso. Campeiam-se profissionais de apurada formação humanística para um produto final apoiado em sólida base cultural. Instrumentos para isto a atual escola de jornalismo não pode dar. Ela pode até formar um bom técnico em generalidades; mas inapto para um simples procedimento do jornalismo como o de ouvir as várias versões que compõem um fato. Salvam-se os talentos individuais que aparecem, jamais desperdiçados pelo mercado.

Foram necessários poucos minutos para descobrir o quanto era estéril aquela discussão, naquele lugar. O óbvio da realidade de um país como este — onde convivem Estados com a modernidade de São Paulo, por exemplo, e o de Alagoas, no seu desenvolvimento precário e desigual — saltou aos olhos e criou uma situação perversa, mas reveladora. Perdoem os alagoanos, era o mesmo que discutir a qualidade de um aparelho de TV numa localidade onde sua imagem não chega. A miséria até hoje irremovível do Nordeste, a política de clientelismo e, no caso, um jornalismo praticado em função de retrógradas forças políticas, sem a mínima preocupação com a qualidade editorial, tornou o encontro um mero deleite acadêmico na parte da tarde e um exorcismo de frustrações sindicais à noite.

Não que faltasse aos participantes dos debates a consciência da impagável realidade nordestina. Se — em um jornal voltado para o leitor, preocupado em trazer um jornalismo investigativo e fiel aos fatos — são necessários profissionais com os mais diversos tipos de formação cultural que a vivência e as escolas propiciam, em Alagoas precisa-se muito mais do que de um bom jornalismo. Sem falar do ensino universitário, cujo desafio de qualidade e aparelhagem adequada ultrapassa os limites do Nordeste. Aos leitores paulistas, acostumados com jornais até partidariamente definidos mas que se

esmeram em trazer alguma informação, um diário como "A Gazeta de Alagoas" iria provocar urticária. O comprometimento político ("A Gazeta" está com o PMDB local) torna o matutino ilegível para quem raciocina criticamente. Também, a circulação média dos jornais em Maceió (são quatro) é de dois mil exemplares por dia. A cidade tem cerca de quatrocentos mil habitantes e o Estado pouco mais de dois milhões (sessenta por cento deles analfabetos), distribuídos em 27 mil km² e 96 municípios.

Que impacto teria dentro de uma daquelas salas, onde a temperatura era de 32 graus, a afirmação de que o estudante de jornalismo, em geral, deixa a escola após quatro anos desconhecendo até a língua portuguesa? No "Sul", um jornal como a Folha realiza concursos públicos para contratar seus profissionais e a qualidade do trabalho apresentado é o que vale. Os jovens universitários de Alagoas, ao desembocarem no "mercado", vão topar com apaniguados da coronelística estrutura vigente. Empregados, jamais poderão praticar um jornalismo independente, desvinculado dos compromissos das velhas e perenes famílias nordestinas. Tudo é uma farsa, inclusive o diploma.

Entretanto, em qualquer ponto do país, mesmo com os profissionais formados pelas escolas de jornalismo atuais, aliados à moderna rede de comunicações montada pelas agências de notícias (tanto estrangeiras quanto nacionais), é factível um produto jornalístico exatamente igual ao da ainda sofrível qualidade dos jornais do "Sul". Infelizmente, no Nordeste, feudais barreiras econômicas e políticas tornam esta frase anterior um delírio.

Que importância tem, nesta situação, o diploma? Sem leis de mercado para reger a qualidade final do produto pouco importa a formação dos que o fazem para quem investe capital num veículo de comunicação. Ele é mero ins-

trumento pessoal. Exigir o diploma passa a ser uma preocupação inexistente, necessária apenas à mobilização incipiente da categoria. E quando a lei obriga, nem de longe garante um jornalismo feito com distanciamento pelos profissionais. Compromissos seculares das empresas congelam a criticidade.

Se a Rede Globo produz competentemente sua programação nos estúdios do Rio e São Paulo, ao entrar no ar a retransmissora com as notícias locais o resultado é lamentável. O professor Marques de Melo e eu ocupamos oito minutos no noticiário noturno, o AL-TV, sem cortes. O assunto era o diploma. Uma discussão como esta teria oito longos minutos num noticiário da Globo em São Paulo? Falta de critério ou seriedade jornalística da TV Gazeta de Alagoas, retransmissora da Globo? Nem uma coisa nem outra. Somente o fascínio de ter à mão dois alienígenas tagarelando sobre um assunto esotérico para uma realidade carente de tudo, até de informação.

É possível tirar desta experiência alguma conclusão. Nos locais onde a imprensa brasileira alcançou níveis medianos de qualidade (como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) é urgente a revisão da atual lei que exige o diploma de jornalista. Com uma abertura nesta regulamentação os veículos poderão dar novo salto de qualidade, utilizando em seus quadros profissionais capazes, de múltiplas formações, com benefício para os leitores. Outras regiões do país requerem não só uma lei ainda mais específica que proteja o jornalismo mas sobretudo o leitor. E mais, modernas forças produtivas aliadas aos talentos capazes de realizar um jornalismo que traga — além de notícias — a exatidão, palavra que, já foi dito, se tornou um verdadeiro sinônimo de jornalismo.